

Mapas da inclusão digital no Brasil¹

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho²
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Dr^a Eula Dantas Taveira Cabral³
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Resumo

A pesquisa se propõe a analisar as propostas de mapeamento da chamada inclusão digital promovida no Brasil, a partir da pesquisa descritiva de iniciativas de referência sobre o tema que tratam de aspectos distintos, porém relevantes para uma ampla compreensão de suas implicações na sociedade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas, com apoio na literatura de referência a respeito dos conceitos abordados, que se propõe a apresentar perspectivas de futuros levantamentos que levem em conta aspectos relacionados com a afirmação da sociedade como sujeito da implementação e expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial da Internet, capaz de se apropriar dos processos em execução, bem como de suas políticas.

Palavras-chave

Inclusão digital; apropriação social das TICs; democratização da comunicação; economia política da comunicação; governança da Internet.

O crescente e irreversível uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na sociedade vem motivando a implementação de diversos modos de fazer com que a população participe, em alguma medida, dessa transformação. Essas iniciativas são conhecidas, no Brasil, em torno da denominação de “inclusão digital”.

A “inclusão digital” no Brasil sempre foi vista como a participação da população no uso das TICs. Organizações - privadas ou públicas – proporcionam iniciativas no país destinadas a vários fins - aprendizado, inserção no mercado de trabalho, geração de renda – se propondo a minimizar a distância entre as pessoas e o avanço das TICs, perpassando a organização da economia, da política, bem como em atividades sócio-culturais da vida cotidiana.

¹ Trabalho apresentado ao GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² **Adilson Vaz Cabral Filho** é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF), junto ao Departamento de Comunicação Social e aos Programas de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano e de Estudos pós-graduados em Política Social. Coordenador do EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1787526384833274>. Email: acabral@comunicacao.pro.br

³ **Eula Dantas Taveira Cabral** é pesquisadora e funcionária da Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (UFF) e Ética e Política da Informação (IBICT). Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1180749525319069>. Email: eula@ibict.br

A variedade dessas iniciativas está relacionada também aos múltiplos sentidos que o termo inclusão digital vem assumindo no Brasil, ou ainda, às diversas compreensões dessa aproximação entre sociedade e desenvolvimento tecnológico. De acordo com HAMELINK (2005, p. 104), “as sociedades concebem suas respostas a esses desenvolvimentos por meio de políticas, planos e programas, seja com iniciativas centralizadas ou com atividades descentralizadas, nos níveis nacional e local”.

O propósito da pesquisa é identificar e verificar as iniciativas de mapeamento das atividades de inclusão digital e de expansão da Internet no Brasil, buscando compreender como lidam com o conceito de inclusão digital em seus levantamentos e dialogando com a necessidade de se problematizar tais concepções e, principalmente, suas implicações junto à população. São analisados, ainda, aspectos sociais contidos nas concepções e na implementação dessas iniciativas de inclusão digital, buscando identificar princípios que aproximem as TICs da sociedade, que a conceba como sujeito dos processos implementados.

1. Mapeando os mapas

Os levantamentos sobre as atividades de inclusão digital no Brasil contribuíram, ao longo do tempo, para uma melhor compreensão, bem como para uma maior abrangência desse desafio. Ao consolidar e expandir as iniciativas em curso, ou mesmo ao descontinuar-las ou reorientá-las, seus atores vão promovendo uma trilha de modos mais eficientes ou adequados de lidar com os desafios de promover o acesso da sociedade ao desenvolvimento tecnológico.

A atividade de mapeamento destas iniciativas está relacionada à capacidade de traduzir sua extensão para algo determinado num plano bidimensional que, para efeito desta pesquisa, se trata do território brasileiro. Há, no entanto, outras construções políticas a serem consideradas quando da elaboração de tais levantamentos, que estão relacionadas aos sentidos que se atribuem à inclusão digital no Brasil.

A começar pelo próprio nome dessa atividade: inclusão digital, que permite a compreensão de que incluir a sociedade no meio digital é transferir conhecimento consolidado a setores da população que precisam ter acesso a ela, pois, sem esse acesso, seriam excluídos. Incluir, da perspectiva tecnológica, envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de

inclusão / alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins.

Permanece a carência de um conceito de inclusão digital mais amplo, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade, relacionando-o à necessária expansão e ao escoamento das tecnologias, bem como com a implementação de projetos de softwares (programas), hardware (equipamentos e infraestrutura tecnológica de acesso, hoje impulsionados através das iniciativas das cidades digitais, existentes no Brasil e no mundo).

Este processo implicaria numa reorientação estratégica de posicionamento em relação ao que costumeiramente constitui o propósito dos projetos de inclusão digital e, em especial, os de expansão do acesso à Internet, pois, ao invés de serem apresentados a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se, assim, sujeitas do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania.

Ao mapear os mapeamentos existentes, relacionados a iniciativas específicas ou a uma apresentação visual do conjunto destas, busca-se evidenciar a necessidade de trazer as dimensões políticas implicadas, no sentido de se tentar compreender quais relações se desejam efetivamente estabelecer entre a sociedade e seu desenvolvimento tecnológico.

Portanto, este trabalho reflete primeiramente a atuação do Comitê para Democratização da Informática, a ONG CDI, que identifica, através do seu Relógio da Inclusão Digital, a quantidade de pessoas incluídas a partir de suas atividades. Analisa também o trabalho do IBICT, através do seu Mapa de Inclusão Digital, que identifica projetos diversos na área em todo o Brasil. E também trata da pesquisa do Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.br) intitulada TIC Domicílios, que mapeia e define o número de usuários domésticos da Internet no Brasil.

Com essa análise não se pretende esgotar as possibilidades de mapeamento no país, mas identificar perspectivas distintas de tratá-lo, contribuindo para resgatar os sentidos políticos e sociais da atividade de inclusão digital e da expansão da Internet no Brasil e para o desenvolvimento de iniciativas de pesquisas e práticas que contribuam para estreitar a relações entre a sociedade e seu desenvolvimento tecnológico.

1.1 - Comitê para Democratização da Informática - CDI

O CDI é uma organização não governamental (ONG) brasileira criada em 1995. Tem como missão “transformar vidas e fortalecer comunidades de baixa renda através do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs)”. Considera-se o “pioneiro da inclusão digital na América Latina”⁴.

Atua no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Inglaterra, Espanha, México, Peru, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos através de seus escritórios regionais, nacionais e internacionais, presentes em centros urbanos e rurais, sejam comunidades de baixa renda, penitenciárias, instituições psiquiátricas e de atendimento aos portadores de deficiência até aldeias indígenas.

O CDI registra em sua metodologia a combinação que faz entre educação digital, cidadã e empreendedora, com o objetivo de possibilitar às pessoas de baixa renda a criação de uma identidade social enfrentando os desafios de suas comunidades.

No dia 20 de novembro de 2002, o CDI, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a fabricante norte-americana de computadores Sun Microsystems e a United States Agency for International Development (USAID)⁵, lançaram o Relógio da Inclusão Digital na escola de informática do CDI, na Vila Olímpica da Mangueira, no Rio de Janeiro.

Contou com a doação a fundo perdido de 150 mil dólares do Banco Mundial. De acordo com a matéria “Brasil ganha relógio da inclusão digital” (2002), Rodrigo Baggio, fundador e diretor executivo da entidade, informou que o dinheiro seria usado “para consolidar propostas pedagógicas para o acesso dos brasileiros à informática e expansão do CDI para Uruguai, Chile e México”⁶.

O Relógio da Inclusão Digital era considerado um contador simbólico, levando em consideração o número de pessoas que tinha acesso à informática em sua residência no Brasil. Era alimentado pelos dados mensais fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), comparando-os com as projeções de taxa de acesso a computadores feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ficava disponível online através do site do CDI. O sistema de medição complementava o projeto Mapa da Exclusão Digital⁷, que sugeriu ações emergenciais na área de tecnologia ao governo do presidente eleito, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva.

⁴ Comitê para Democratização da Informática. Quem somos. **CDI**. Disponível em <http://www.cdi.org.br/page/sobre-o-cdi>. Acesso em 20 abr.2012.

⁵ Juntos fundaram o Grupo de Ação para a Inclusão Digital (GAID).

⁶ “Brasil ganha relógio da inclusão digital”. **Homenews**. Disponível em <http://www.homenews.com.br/article.php?sid=462>. Acesso em 20 abr.2012.

⁷ Mapa da Exclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CDI, Sun Microsystems, USAID, 2003. **FGV**. Disponível em <http://www.fgv.br/cps/bd/MID/inicio.htm>. Acesso em 20 abr.2012.

Ao se questionar o CDI sobre o Relógio da Inclusão Digital, o funcionário da área institucional do CDI, Thiago Nascimento (2012)⁸, explicou que o Relógio “servia não somente para identificar o número de usuários, mas também para sugerir ações emergenciais na área de tecnologia”. Além disso, que “o sistema de medição funcionava alimentado por dados mensais fornecidos pela FGV”.

Sobre o período em que funcionou, ninguém do CDI soube informar. Thiago Nascimento (2012) disse apenas que “não está mais em funcionamento”. Maria da Conceição Monteiro (2012)⁹, secretária do Presidente do CDI, mediante pesquisas feitas com funcionários e nos arquivos do CDI, explicou: “não sabemos exatamente quando parou de funcionar. O relógio foi realizado através de uma parceria entre o CDI e FGV com o patrocínio de uma empresa de tecnologia, sendo o relógio extinto após o fim da parceria”.

Em relação à contribuição do relógio na área de inclusão digital no Brasil, Maria da Conceição Monteiro (2012) enfatizou que “a ação foco da parceria, que foi absolutamente inovadora e relevante, gerou um mapa da exclusão digital, levantando dados importantes e, principalmente alertando a sociedade sobre o problema”. Completou, ainda: “considerando a época, com a informática ainda no seu início no Brasil, o mapa da exclusão digital e o relógio da inclusão digital foram de extrema importância”.

Como se pôde verificar, o Relógio da Inclusão Digital levantava o número de pessoas com acesso à informática em seus domicílios, a partir dos dados da FGV e do IBGE, mostrando quantos eram “incluídos” e quantos ainda precisavam sê-lo. Esse modelo ainda pode ser visto no blog Inclusão Digital¹⁰ que mantém a imagem do Relógio, que era disponibilizada via site do CDI, com dados de 24 de março de 2004. O interessante é que a partir destes números fizeram um mapa dos excluídos e o enviaram ao governo federal.

Fazer o levantamento dos números pode ser considerada uma iniciativa interessante, tentando alertar a posição do Brasil em relação aos demais países no que diz respeito às TICs. Porém, o conceito de inclusão digital não pode se restringir a quem tem ou não um computador. É preciso ir além.

⁸ NASCIMENTO, Thiago. **Relógio da Inclusão Digital**. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 10 de maio de 2012.

⁹ MONTEIRO, Maria da Conceição. **Relógio da Inclusão Digital**. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 25 de maio de 2012.

¹⁰ Relógio da Inclusão Digital. **Inclusaoubc**. Disponível em <http://inclusaoubc.sites.uol.com.br/>. Acesso 25 maio de 2012.

1.2 - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é uma Unidade de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Desde 2005 vem atuando nas áreas de inclusão social e digital.

Em 2006, o IBICT começou a trabalhar com o Mapa da Inclusão Digital no Brasil (MID)¹¹ que tem como objetivo mostrar as iniciativas, programas e projetos de inclusão digital dos agentes públicos e privados, propondo-se a “localizar os programas e seus respectivos pontos de inclusão digital (PID) existentes nos municípios brasileiros”¹².

O MID, em 2006, iniciou suas atividades com um cadastro de organizações públicas e privadas que trabalhavam com programas de inclusão digital, buscando mensurar o avanço da inclusão digital no país.

Na fase inicial, a metodologia do MID foi a mesma adotada pela UNESCO, em setembro de 2005, com informações coletadas a partir de notícias e sites disponíveis na Internet. Hoje procura trabalhar com análise dos dados a partir de orientações de organismos internacionais ligados à gestão da sociedade da informação.

Destaca-se, ainda, que a coleta de dados, além de ser intermediada por agentes governamentais de inclusão digital, inclui o registro direto do Programa de Inclusão digital (PID), e sempre tenta lançar pesquisas para conhecer o funcionamento dos centros de inclusão digital no país. Além disso, registra-se, em sua metodologia, o censo realizado porta a porta no Estado do Maranhão, validando os dados cadastrais do MID naquele Estado.

De acordo com a Coordenadora Técnica do Projeto MID, Anaiza Caminha Gaspar (2012), tanto o Portal quanto o banco de dados estão passando por alterações estruturais e, “também, de plataforma. Adicionalmente estamos implantando junto ao banco de dados uma ferramenta de *business intelligence* (BI), razão pela qual toda a equipe está mobilizada para estudar essas melhorias”. Acrescenta, ainda:

Quanto à atualização dos dados, adotamos a seguinte metodologia para alimentação do Mapa da Inclusão Digital do IBICT (MID):

- (i) Envio das maiores bases de dados do Governo Federal por programas/iniciativas ao MID - os dados são atualizados semestralmente;
- (ii) Monitoração na Internet dos programas estaduais, municipais e terceiro setor (levantamento nos sites das secretarias de estados e municípios) - atualização semestral;
- (iii) Realização de pesquisas nos estados.

¹¹ Mapa da Inclusão Digital (MID). IBICT. Disponível em <http://www.ibict.br/inclusao-social-e-popularizacao-da-ciencia/mapa-da-inclusao-digital%28midi%29>. Acesso em 20 abr.2012.

¹² GASPAR, Anaiza Caminha. **Mapa da Inclusão Digital no Brasil**. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 21 de maio de 2012.

A rigor o item III é extremamente dispendioso e só pode ser realizado com a adesão dos estados que realizam as pesquisas. Até o momento, só podemos realizar duas pesquisas (a) Pesquisa Brasil; (b) Censo Maranhão, cujos relatórios estão disponíveis no portal.

Entretanto, é fato que, apesar de se registrar no portal que o MID mostra um cenário atualizado, não é possível verificar se os números apresentados estão ou não atualizados, pois as tabelas e quadros não têm data. Além disso, o texto que explica o que é o Mapa é datado em 2006¹³. Porém, conforme esclarecimento da Coordenadora Técnica do Projeto MID, Anaiza Caminha Gaspar (2012), o portal é atualizado.

O portal disponibiliza o estudo referente à Pesquisa MID/Ibict 2007/2008 que leva em consideração os Centros Públicos de Acesso Pago no Brasil, de Acesso Gratuito no Brasil e o Censo de Inclusão Digital no Maranhão. Mas, descreve-se em seu portal, que o Mapa da Inclusão Digital no Brasil (MID) do IBICT oferece um cenário atualizado sobre os resultados das iniciativas de inclusão digital dos governos federal, estadual e municipal, setor privado e Terceiro Setor.

No que tange às atividades do Terceiro Setor, no portal descreve-se que essas atividades promovem a inclusão digital e a inserção da população menos favorecida com projetos que atendem as comunidades onde atuam. Exemplo disso são os Pontos de Inclusão Digital (PID) que têm computadores conectados à Internet para acesso ao público em geral.

O Mapa trabalha com os Pontos de Inclusão Digital (PID), ou seja, telecentros, infocentros, salas de informática. Os resultados do levantamento dos dados são organizados em um banco de dados, a partir de regiões administrativas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul); unidades da federação (UF); e categorias (Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Terceiro Setor e Universidades)¹⁴.

De acordo com a Coordenadora Técnica do Projeto MID, Anaiza Caminha Gaspar (2012), os Pontos de Inclusão Digital (PID), “proporcionam o desenvolvimento de habilidades cognitivas por meio do acesso às TICs, criação de conteúdos, entretenimento e comunicação com outras pessoas”. Além disso, os PID incluem

PID-Com: Pontos de Inclusão Digital Comunitários (PID-Gov: Pontos de Inclusão Digital Apoiados pelo Governo; PID-Ts: Pontos de Inclusão Digital Apoiados pelo Terceiro Setor; PID-Esc: Pontos de Inclusão Digital em Escolas; PID-Esc-Gov: Pontos de Inclusão Digital em Escolas do Governo; PID-Esc-Ts: Pontos de Inclusão Digital em Escolas do Terceiro Setor), e PID-Emp: Pontos de

¹³ Conforme consultas via Web feitas até o dia 25 de maio de 2012 no endereço <http://inclusao.ibict.br/index.php/mapa-de-inclusao-digital/sobre-o-mapa>

¹⁴ Mapa da Inclusão Digital no Brasil. Estatísticas. IBICT. Disponível em http://inclusao.ibict.br/mid/mid_estatisticas.php. Acesso em 20 abr.2012.

Inclusão Digital Empresariais. O Governo apóia os PID-Gov (federal, estadual e municipal), e os PID-Esc-Gov. O Terceiro Setor apóia os PID-Ts, e os PID-Esc-Ts. Os PID-Emp (Pontos de Inclusão Digital Empresariais) são apoiados pela iniciativa privada que são as lanhouse/cibercafés.

Para se ter acesso aos dados do MID, o portal oferece quatro abas: Mapa Simples, Geo-processado, Programas/Projetos e Estatísticas. Além disso, oferece mais duas abas possibilitando o cadastro e alteração dos dados do PID, classificado na ficha de cadastro como telecentro/infocentro; lan house/cibercafé; laboratório de informática; ou outro.

O MID apresenta o levantamento de locais que trabalham com computadores com ou sem acesso à Internet e que podem ou não oferecer cursos. Isso pode ser observado na consulta que se faz ao MID.

Na aba Mapa Simples aparece o mapa do Brasil. Cada Estado abre a possibilidade de consulta. Ao se clicar em um dos Estados aparece um formulário de busca sobre determinado PID (telecentro/infocentro, lan house/cibercafé ou laboratório de informática). Ao se escolher o PID, aparecem os Dados (nome e endereço, a que tipo de programa/projeto está ligado - como o GESAC); + Informações (somente as perguntas feitas na pesquisa em 2007 sem nenhuma resposta); e os Dados Socioeconômicos fornecidos pela RITs em 2006.

Na aba Geo-processado, trabalha-se quantitativamente com os números totais de PIDs e programas. Em Programas/Projetos disponibiliza-se um resumo de cada PID e o site, se for o caso, a partir de Estados e Municípios ou por ordem alfabética. Já na aba Estatísticas, trabalha-se a partir de gráficos o total de PIDs apoiados por Programas/Projetos, por Região ou por Estado.

Assim, diante do que é disponibilizado no MID, verifica-se que pode ser considerado mais uma contribuição na área de “inclusão digital” no Brasil. Porém, para o internauta que quer saber onde pode fazer um curso ou ter acesso à Internet gratuitamente, seus dados são insuficientes, pois não existe a preocupação em oferecer esse tipo de informação. Além do mais, o foco do MID se dá em iniciativas, não se propondo a apresentar nem analisar seus resultados.

1.3 - Comitê Gestor da Internet Brasil - CGI.Br

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado em 1995 através da Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995, alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003. Seu objetivo é “coordenar e integrar todas as iniciativas de

serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados”¹⁵.

É formado por nove representantes do governo federal, quatro do setor empresarial, quatro do Terceiro Setor, três da comunidade científica e tecnológica e um de notório saber em assuntos de Internet, atuando conjuntamente nas decisões sobre implantação, administração e uso da rede. Destacam-se entre suas atribuições a coordenação de endereços internet (IPs) e do registro de nomes de domínios usando <.br>; estratégias sobre o uso e desenvolvimento da internet no Brasil; informações sobre os serviços internet, dentre outros.

Dentre as publicações recentes sobre pesquisas, destaca-se a “TIC domicílios e empresas 2010: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil” (2011), realizada em todo o país, incluindo áreas urbanas e rurais. Permite “uma análise aprofundada sobre o acesso e o uso das novas tecnologias, em particular a Internet, contribuindo assim para uma melhor compreensão sobre as várias dimensões do impacto das TIC na sociedade brasileira”¹⁶.

No que tange à parte TIC Domicílios 2010, o objetivo era “medir a posse, o uso, o acesso e os hábitos da população brasileira em relação às tecnologias de informação e comunicação (TICs)”¹⁷. A metodologia adotada levou em consideração o padrão internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Instituto de Estatísticas da Comissão Europeia (Eurostat) e do Observatório para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (Osilac), pertencente à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal).

Trabalhou-se com uma amostra principal de 23.107 domicílios, de 307 municípios, com cidadãos brasileiros com 10 anos ou mais, cuja coleta de dados, através de entrevistas feitas mediante questionário, ocorreu no período de agosto a outubro de 2010, além da amostra suplementar de 2.043 domicílios urbanos, com a coleta realizada em fevereiro de 2011¹⁸. É importante ressaltar que, em relação à amostra principal, somente 8.432 acessaram a Internet

¹⁵ Comitê Gestor da Internet no Brasil. Quem somos. Disponível em <http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm> . Acesso em 18 maio de 2012.

¹⁶ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.31.

¹⁷ Pesquisa TIC Domicílios 2010. Coletiva de Imprensa. São Paulo, 28 de junho de 2011. **CETIC**. Disponível em <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010/apresentacao-tic-domicilios-2010.pdf> . Acesso em 25 de maio de 2012. P.5.

¹⁸ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.111.

nos últimos três meses¹⁹, adicionando-se assim mais 1.500 entrevistas de usuários da Rede, resultando em 9.932 respondentes das questões específicas sobre o uso da Internet²⁰.

Na pesquisa TIC Domicílios, em 2010, foram trabalhados oito módulos: 1. Acesso às tecnologias de informação e comunicação; 2. Uso do computador; 3. Uso da Internet; 4. Governo eletrônico; 5. Comércio eletrônico; 6. Habilidades com o computador/Internet; 7. Acesso sem fio (uso do celular); 8. Intenção de aquisição de equipamentos e serviços TIC.

Porém, as análises dos resultados se basearam nos seguintes temas²¹: 1. Infraestrutura tecnológica nos domicílios brasileiros, verificando tipos de computadores e velocidades e barreiras de conexão de Internet; 2. Usuários brasileiros de computador e Internet, análise do perfil em relação ao uso das TIC, locais onde acessa a Internet e uso do computador e da Internet; 3. Uso do computador e da Internet, descrevendo-se as atividades realizadas na rede; 4. Mobilidade no uso das TIC, levando-se em consideração as tecnologias móveis e os computadores portáteis.

Diante disso, verificou-se aumento de computadores nos domicílios brasileiros, ou seja, entre 2009 e 2010 passou de 32% para 35%²². No caso dos notebooks, passou de 5%, em 2009, para 8%, em 2010, sendo que nas áreas rurais “apenas 2% dos domicílios rurais possuem computadores portáteis”²³.

No caso dos domicílios conectados à Internet, entre 2009 e 2010, passaram de 24% para 27%, sendo que na área urbana, foi de 27%, em 2009, para 31%, em 2010²⁴. O acesso discado foi registrado em apenas 13% dos domicílios da zona urbana. Já as conexões de banda larga fixa, estão presentes em 68% dos domicílios urbanos com acesso à Internet²⁵, sendo que na área rural, em 2010, registrou-se crescimento de 9 pontos percentuais. Conexões de banda larga móvel (modem 3G), nas áreas urbanas, registraram o crescimento de 67%, em relação a 2009, e nas áreas rurais, 63%²⁶.

¹⁹ O termo “usuários de Internet” foi trabalhado como “aqueles que usaram a rede pelo menos uma vez nos últimos três meses” (Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010, 2011, p.115).

²⁰ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.125.

²¹ Ibid, p.133.

²² Ibid, p.138.

²³ Ibid, p.170.

²⁴ Ibid, p.143.

²⁵ Ibid, p.146.

²⁶ Ibid.

Em relação ao local de acesso à Internet, as *lanhouses*, em 2010, ficaram em segundo plano. Quanto ao perfil do usuário de Internet, verificou-se aumento expressivo de usuários com menor grau de escolaridade e de classes sociais mais baixas.

No tópico mobilidade, em 2010, verificou-se o crescimento do uso de celulares por pessoas na zona rural, com baixa escolaridade e, também, na região Nordeste²⁷. Registrou-se que os aparelhos celulares estão presentes em 84% dos domicílios brasileiros, resultando no crescimento de 6 pontos percentuais em relação a 2009²⁸.

No que tange ao uso da Internet, a pesquisa revelou que em 2010 apenas 7% da população com Ensino Fundamental fizeram uso de serviços financeiros pela Internet, já em relação aos que possuem Ensino Superior, essa proporção chega a 31%²⁹. Atividades como copiar ou mover arquivos e usar programas para edição de texto são as habilidades mais desenvolvidas entre os usuários, apresentando índices de 76% e 72% respectivamente³⁰.

Diante disso, observa-se que a pesquisa TIC Domicílios, feita em 2010, dá um passo interessante sobre o que vem ocorrendo no cenário brasileiro em relação ao uso das TICs pela população. Possibilita a busca do entendimento de quem tem acesso à tecnologia e o que vem fazendo com ela. Oferece amostras para se buscar entender o que significa ser “incluído” digitalmente e se as pessoas sabem se apropriar ou não das TICs em prol de si mesmas e de sua comunidade.

2. Sobre o ofício do cartógrafo da inclusão digital

Um olhar sobre essas atividades em seu conjunto denota uma crescente e aprimorada preocupação em diversificar mecanismos de avaliação ao longo do tempo, o próprio tempo, aliás, que é o da maturação da Internet no Brasil. Se, atualmente, os dados da Internet brasileira chegam a 79,9 milhões em 2011, segundo o IBOPE³¹, e penetração em 33% dos domicílios brasileiros, conforme o novo Mapa da Inclusão Digital (MAPA, 2012), resultado da parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Telefônica³², denotam a

²⁷ Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.138.

²⁸ Ibid, p.171.

²⁹ Ibid, p.154.

³⁰ Ibid, p.155.

³¹ Ver link <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald&comp=Noticias&docid=D4D792FB6F512A69832579EB0043B92A>

³² Mapa da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. FGV. Disponível em http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf. Acesso em 20 maio de 2012.

expansão da Internet no Brasil, por outro evidenciam a necessidade de melhor compreensão e investimento financeiro, educacional e político em sua consolidação.

O recém publicado Mapa da Inclusão Digital consideravelmente avança nesses aspectos e estabelece como parâmetro para uma compreensão mais atenta a respeito das peculiaridades do desenvolvimento tecnológico na sociedade. Tendo como referência o Censo 2010, realizado pelo IBGE e da Gallup World Poll, realizada internacionalmente pelo Instituto Gallup, a pesquisa realizada pela FGV incorpora diversas formas de acesso à tecnologia digital, sua qualidade, seus usos e seus retornos. Dessa forma, busca contribuir com indicadores no âmbito do compromisso de uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio, que é a da conectividade universal, transmitindo indicadores e transformando-os “numa meta de governos não só nacionais como locais, setor privado e da sociedade, em âmbito não só nacional como local” (MAPA, 2012).

E aqui a Internet assume papel de carro-chefe no desenvolvimento das TICs, na medida em que se consolida atualmente em várias dimensões: a consolidação do comércio eletrônico e da publicidade online; o desenvolvimento de métricas e estratégias de otimização de mecanismos de buscas; a consolidação das mídias sociais; o avanço da mobilidade e seus aplicativos, bem como de soluções de geolocalização oferecem um panorama presente e futuro para mapeamentos e políticas em torno de sua consolidação. Um sinal bastante evidente do cenário que deve nortear esses futuros mapeamentos é o de que o número de *tablets* deverá ser maior do que o de computadores pessoais em todo o mundo em 2016, de acordo com uma pesquisa recém divulgada pela Forrester Research³³.

Já foi-se o tempo, portanto, em que a cibercultura era compreendida como um espaço descolado do compreendido como mundo real. Seus estudiosos se referem, no máximo, a uma membrana que separa o acesso a ambientes específicos, como o dos jogos online (CASTRONOVA, 2005, apud CABRAL; COELHO, 2011, p. 57). No entanto, boa parte de nossas atividades passam pelo disponibilizado na Internet, pública ou privadamente.

Os dados sobre o avanço do consumo e da consolidação das empresas na Internet não resumem os enfoques sobre sua significação na sociedade contemporânea. Para Frago et alli (2011, p. 17), a Internet pode ser tomada como objeto, local ou ainda, instrumento de pesquisa e, nessas três dimensões, é possível compreender que ao mesmo tempo em que se consumidores em torno da Web vão se tornando mais exigentes e atentos em relação a suas

³³ JESUS, Aline. Pesquisa diz que tablets serão mais vendidos do que PCs até 2016. 29/04/2012. **Techtudo**. Disponível em <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/04/pesquisa-diz-que-tablets-serao-mais-vendidos-do-que-pcs-ate-2016.html> . Acesso em 20 maio de 2012.

aquisições, é também crescente a demanda pela expansão de serviços que propiciem um acesso amplo, acessível e de qualidade à população, capaz de proporcionar efetivas mudanças educacionais, socioculturais e políticas na sociedade.

A sociedade organizada em torno da realização da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação, realizada em duas etapas, nas cidades de Genebra (2003) e Túnis (2005), produziu um manifesto intitulado “Declaração da Sociedade Civil – Construindo Sociedades da Informação que atendam às necessidades humanas” (DECLARAÇÃO, 2003), cuja preocupação central era a de elencar os avanços demandados em relação à Internet com o conjunto dos direitos humanos relacionados ao desenvolvimento social e à promoção da cidadania.

Se hoje é possível tecer indicadores adequados a um mapeamento que seja reflexo do desenvolvimento tecnológico de determinadas sociedades, ainda é grande a distância da realização de políticas públicas continuadas, capazes de minimizar as desigualdades de acesso na sociedade em seus mais diversos segmentos.

O Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI) da União Internacional das Telecomunicações (UIT) busca avançar nessa direção, trabalhando com um modelo baseado em três estágios: leitura (refletindo o nível de infraestrutura em rede e de acesso às TICs), o de intensidade (refletindo o nível do uso das TICs na sociedade) e o de impacto (refletindo o resultado / retorno do uso eficiente ou efetivo das TICs). Desse modo, é possível estabelecer o nível e a evolução do desenvolvimento das TICs ao longo do tempo num determinado país e/ou numa comparação entre países, bem como avaliar o potencial de desenvolvimento com base em capacidades e atributos disponíveis (MEASURING, 2011).

Para MARTIN-BARBERO, no seu Ofício de cartógrafo (2002, p. 5), “nos mapas o mundo recupera a singularidade diversa dos objetos”. Aplicada essa concepção às propostas de mapeamento da inclusão digital no Brasil, ao mesmo tempo em que se reconhece o aprimoramento das técnicas de mapeamento da inclusão digital aplicadas no país, se evidenciam as bases para a afirmação de políticas relacionadas ao amplo provimento de banda larga, à qualidade de acesso que permita a ampliação de usuários ativos, a empreendimentos de capacitação de escolas e outros locais de compartilhamento de conhecimentos a respeito dos usos da Internet e, por fim, de sua própria regulação e governança no país, estabelecendo relações e atribuições adequadas aos diversos setores da sociedade e afirmando a soberania do país em relação aos governos e mercados internacionais.

Referências bibliográficas

“BRASIL ganha relógio da inclusão digital”. **Homenews**. Disponível em <http://www.homenews.com.br/article.php?sid=462> . Acesso em 20 abr.2012

CABRAL, Eula Dantas Taveira e CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Não começou em Genebra, não vai terminar em Tunis: desafios a partir das organizações da sociedade civil para concretizar a sociedade da informação e do conhecimento. In **Revista Eptic Online**. Vol. VIII, n.1, jan-abr. 2006. Disponível em . <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/298/285>. Acesso em 27 maio 2012.

CABRAL FILHO, Adilson; COELHO, Fabio. Realidades Sintéticas e MMORPGS para a Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, v.6, n.2, p.50-72, maio/ago. 2011

COMITÊ para Democratização da Informática. **CDI**. Disponível em <http://www.cdi.org.br>. Acesso em 20 abr.2012.

COMITÊ Gestor da Internet no Brasil. **CGI**. Disponível em <http://www.cgi.br> . Acesso em 18 maio de 2012.

DECLARAÇÃO da sociedade civil: Construindo Sociedades da Informação que atendam às necessidades humanas. **Unicamp**. Disponível em <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/boletins/construindo-sociedades-da-informacao-para-as-necessidades-humanas/>. Acesso em 27/05/2012.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GASPAR, Anaiza Caminha. **Mapa da Inclusão Digital no Brasil**. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 21 de maio de 2012.

HAMELINK, C. J. Direitos humanos para a sociedade da informação. In MARQUES DE MELO, J; SATHLER, L. **Direitos a comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

JESUS, Aline. Pesquisa diz que tablets serão mais vendidos do que PCs até 2016. 29/04/2012. **Techtudo**. Disponível em <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/04/pesquisa-diz-que-tablets-serao-mais-vendidos-do-que-pcs-ate-2016.html> . Acesso em 20 maio de 2012.

LANÇADO no Brasil o Relógio de Inclusão Digital. 25-11-2002. **Acesso Brasil**. Disponível em <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=88>. Acesso em 25 abr.2012.

MAPA da Exclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CDI, Sun Microsystems, USAID, 2003. **FGV.** Disponível em <http://www.fgv.br/cps/bd/MID/inicio.htm> . Acesso em 20 abr.2012.

MAPA da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. **FGV.** Disponível em http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf . Acesso em 20 maio de 2012.

MAPA da Inclusão Digital (MID). **IBICT.** Disponível em <http://www.ibict.br/inclusao-social-e-popularizacao-da-ciencia/mapa-da-inclusao-digital%28midi%29> . Acesso em 20 abr.2012.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo.** Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MEASURING the information society. International Telecommunication Union. ITU, Geneva, 2011. Disponível em http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/idi/material/2011/MIS_2011_without_annex_5.pdf. Acesso em 27 maio 2012.

MELO, J; SATHLER, L. **Direitos a comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

MONTEIRO, Maria da Conceição. **Relógio da Inclusão Digital.** Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 25 de maio de 2012.

NASCIMENTO, Thiago. **Relógio da Inclusão Digital.** Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 10 de maio de 2012.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.

PESQUISA TIC DOMICÍLIOS 2010. Coletiva de Imprensa. São Paulo, 28 de junho de 2011. **CETIC.** Disponível em <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010/apresentacao-tic-domicilios-2010.pdf> . Acesso em 25 de maio de 2012.

RELÓGIO da Inclusão Digital. 24/03/2004. **Inclusaoubc.** Disponível em <http://inclusaoubc.sites.uol.com.br/> . Acesso em 25 maio de 2012.